

13/04/95
CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CAP - CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

18/04/95

Sob a Presidência do Dr. Silvio Caracas de Moura Júnior, Presidente do CAP e com a presença dos Convidados Capitão de Mar e-Guerra Fausto Calazans de Toledo Júnior, Capitão dos Portos do Estado do Paraná e do Sr. Hermógenes Alves de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado do Paraná e Santa Catarina e dos Conselheiros, todos constantes do Livro de Presenças, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária no dia 18 de abril de 1995 em sessão extraordinária a fim de tratar do Fundo de Dragagem.

Foi pelo Presidente justificada a ausência do Conselheiro Pedrinho Antônio Furlan em viagem para o exterior a serviço de sua empresa.

Abertos os trabalhos da sessão o Presidente do CAP explicou as razões da convocação e pediu que fosse lida correspondência de 07.04.95 do Bloco II - Operadores Portuários em que é solicitada a aludida reunião.

O Presidente disse da preocupação dos Conselheiros do CAP diante da penhora do valor pertencente ao Fundo de Dragagem e que não foi bem explicada na última reunião ordinária do Conselho pela APPA, daí ser conveniente uma análise mais profunda. Nessas condições com o pleito dos Operadores Portuários e diante do desejo manifesto do Superintendente da APPA em realizar uma sessão extraordinária para expor, complementarmente algumas questões de relevância do Porto o Presidente marcou a reunião para o dia 18.04.95.

O Presidente lembrou que na última reunião do CAP ficou decidido encaminhar à APPA um ofício pedindo uma explicação sobre a real situação do Fundo e as providências já ultimadas. A APPA, disse o Presidente, respondeu ao CAP relatando as medidas adotadas juridicamente em favor do Fundo de dragagem. Na resposta contida no Ofício nº 184/95 - APPA entre outras considerações o Porto explica que pretende usar de todos os

recursos jurídicos para que a penhora não ocorra até porque, está equacionando todos os pagamentos de ações trabalhistas e compondo débitos novos.

Ainda no Ofício a APPA admite que a penhora é um ato legal e viável.

O Presidente, antes da continuação dos trabalhos, deu conhecimento das designações feitas através da Portaria do Ministério dos Transportes do Dr. Luiz Ivan de Vasconcellos como representante titular no Bloco dos Operadores Portuários, de José Anibal Petráglio - titular e Lourenço Fregonese- suplente para integrar o Bloco do Poder público, Portaria nº 128.

Todas as designações são para um mandato de dois anos.

Retornando aos motivos da reunião o Presidente Silvio Caracas passou a palavra ao representante do Bloco dos Operadores Portuários que solicitou a reunião extraordinária para que falasse de sua posição tendo o Conselheiro dito que o Fundo de Dragagem "mereceria uma reunião extraordinária haja visto o problema que pode surgir em função da falta de recursos para dragagem". Essa foi a finalidade. E acrescentou que a própria instabilidade do pessoal em não querer mais recolher a esse Fundo, justificava a convocação, pela tranquilidade que os resultados da reunião poderiam ensejar àqueles que recolhem ao Fundo.

Diante da Solicitação do Presidente do CAP no sentido de tornar mais objetivas as questões que embalam os Operadores Portuários o Conselheiro José Silvio Gori entregou para conhecimento do CAP cópia do Parecer encaminhado ao SINDAPAR - Sindicato da Agências de Navegação Marítima do Estado do Paraná pelo Assessor Jurídico daquela instituição onde, entre outras considerações, indica como solução a constituição de um Fundo de Administração Conjunta da APPA, SINDAPAR e SINDOP separando da APPA que ficaria responsável pela reposição da importância penhorada.

O Conselheiro José Luiz Boabaid falou de sua visita extra-oficial ao Tribunal de Contas aventando a possibilidade de se criar uma alternativa para evitar que o Fundo fosse alcançado

nas demandas trabalhistas contra a APPA.

Em seguida o Presidente passou a palavra ao Conselheiro e Superintendente José Anibal Petráglio que começou lamentando sua ausência e a do Diretor Administrativo e Financeiro Joaquim Vanhoni Neto que acumula cargo na Procuradoria Jurídica na última reunião ordinária do CAP realizada no dia 28.03.95 posto que ambos detinham com detalhe as informações relativas aos procedimentos administrativos e jurídicos da APPA.

O Superintendente e Conselheiro lembrou que a APPA na mesma sessão havia solicitado ao CAP prazo até a próxima reunião a fim de que o assunto fosse encaminhado. Paralelamente a isso a APPA recebeu um Ofício do CAP solicitando esclarecimento e o Porto estava levantando todas as questões quando foi surpreendido pelo pedido, considerado extemporâneo da reunião extraordinária, na sua opinião dispensável.

O Conselheiro Petráglio lembrou que já havia garantido ao CAP que o Fundo de Dragagem é sagrado, que foi um avanço de Paranaguá no sentido de viabilizar o Porto e que o Fundo de Dragagem é para a dragagem.

Considerou dispensável a visita feita pelo Conselheiro José Luiz Boabaid ao Tribunal de Contas tendo em vista essa posição, da mesma forma que garantiu que a situação toda é circunstancial por isso desnecessária a busca de advogados. O Porto está viabilizando Convênio com a Marinha para a fiscalização da dragagem, para permitir a entrada de navios de maior porte, da mesma forma que está acertando com Sindicatos e Advogados todos os débitos a fim de evitar novas penhoras.

Manifestou-se totalmente contrário a utilizar o Fundo de Dragagem para qualquer outra finalidade que não seja dragagem.

O Superintendente considera que a retirada eventual do recolhimento do Fundo será uma decisão temerária porque a APPA não tem condições de fazer nada sem ele. Assim teria que anular os convênios, as licitações, etc., e deixar a mercê de sorte a entrada de navios em função de que as condições naturais do canal é de assoreamento e os riscos de encalhe ou quebra de navios.

Em seguida o Superintendente passou as mãos do Presidente do

CAP um demonstrativo da arrecadação do Fundo de Dragagem que soma R\$ 1.504.375,23 (Um milhão, quinhentos e quatro mil, trezentos e setenta e cinco reais e vinte e três centavos) da mesma forma que demonstra a penhora no valor de R\$ 764.993,49 (Setecentos e sessenta e quatro mil, novecentos e noventa e três reais e quarenta e nove centavos). Para o Superintendente a penhora é problema administrativo do Porto. O saldo do Fundo de Dragagem é R\$ 1.504.375,23 e é assim que deve ser entendido. Sem dúvidas. Porque a postura da APPA é honrar o Fundo.

O Conselheiro realçou a posição do Capitão dos Portos que tem bom relacionamento com a APPA e que está dando sustentação a uma situação de risco em vista do novo Governo. Falou da intenção do Porto de melhorar o Canal da Galheta.

Usando da palavra o Conselheiro José Carlos Gomes de Carvalho disse ter uma visão um pouco mais ampla daquilo que se discutia e convidou a todos a uma reflexão com relação ao Porto. Falou sobre causas e efeitos e disse que o Porto antes do CAP andava relegado a um segundo plano e que o Porto é fundamental para a economia do Estado e que ele foi um dos que propôs a criação do Fundo de Dragagem.

Na sua condição de empresário e conhecedor dos planos do Governo Jaime Lerner disse que não há nada em termos de desenvolvimento do Estado em que o Porto não esteja inserido.

Disse que o Fundo de Dragagem foi criado para um fim específico (e isso vem sendo cumprido) só que ninguém esperava que Ações Trabalhistas entrassem nessa conta. Disse estar tranquilo porque a APPA responde pelo dinheiro que entrar nessa conta.

Falou de suas impressões sobre sua visita que fez ao Porto de Hannover e que o CAP e APPA devem pensar grande. Pensar em conquista de novos mercados, equipamentos, etc. E que o Porto de Paranaguá diante do que acontece no mundo deve se modernizar. O Superintendente diante das dúvidas do Conselheiro José Roberto Almeida Correa informou que a licitação para dragagem já foi providenciada e que foi viabilizado um Convênio de Fiscalização com a Marinha, e que a APPA no dia da assinatura -

20.04.95 já vai pagar a parte inicial do Convênio com recursos do Fundo de Dragagem.

Informou ainda que foi o Governador Jaime Lerner quem conversou diretamente com o Ministro da Marinha objetivando a realização de dois Convênios e que a Licitação vai sair e que há interesse de várias empresas porque as despesas previstas estão em torno de 6 milhões a 6.5 milhões de dólares.

E isso está sacramentado.

Depois da manifestação do Superintendente e Conselheiro josé Anibal Petráglio garantindo a Dragagem e o "Fundo", o Conselheiro José Silvio Gori disse, em nome do segmento que representa estar tranquilo e que a reunião extraordinária, só por isso se justificou.

O Comandante Fausto Calazans agradeceu o convite e disse que o que foi decidido no CAP tem influência no seu trabalho ligado à segurança da navegação, dizendo que o Canal da Galhetatem 22 pés e que o Canal nunca esteve com 37 pés e sim 22 pés (6.3 metros). Que é essa a situação.

Situação que, no momento, não sabe dizer se foi alterada, o que será possível a partir da semana que vem quando a equipe volante da Marinha for fazer levantamento batimétrico de todo o Canal e Bacia de Evolução até Antonina.

Dentro desse contexto, a Capitania tem a intenção de colocar Paranaguá num nível melhor do que está. Disse que há necessidade de se ter um pouco de paciência mas cumprimentou o CAP pela iniciativa que é inédita no país, despertando inclusive o interesse de outros Capitães em outros Portos do Brasil. Em seguida pediu um crédito de confiança à Administração Portuária tendo em vista o futuro do Porto. Disse que 70% do Canal tem 39,5 pés e que com um pouco mais de esforço dá para chegar aos 41 pés o que dará um outro nível internacional para o Porto.

O Presidente Silvio Caracas referiu-se à sua visita ao Porto de Rotterdam onde conheceu um "soft" desenvolvido pelos holandeses que transforma sinais captados pelo sonar em, imagens. Em aparte o Superintendente Petráglio informou que a Marinha já tem esse recurso.

F1. 06

O Conselheiro José Carlos Gomes de Carvalho sugeriu que o objetivo do Porto a partir dessa reunião deve ser de 41 pés.

O Superintendente José Anibal Petráglio disse que gostaria de incluir nas despesas do Fundo de Dragagem, o gasto com a sinalização náutica do canal. Pediu também, em razão da solicitação do Capitão dos Portos e da situação do Canal da Capitania autorização para fazer a dragagem (cerca de 30 mil metros cúbicos) que vai permitir a atracação de dois balizadores. Essa providência vai facilitar muito os trabalhos e evitar problemas de atracação no Porto.

Dizendo ser um problema da APPA o Conselheiro Presidente considerou que, se o Porto entender depois de seus estudos, ser importante dragar em certo ponto, isso deve ser feito.

O Comandante Calazans disse estar estudando a construção de um pier destinado a atracação desses balizadores com recursos da Marinha.

A dragagem viabilizaria o canal de entrada a partir da Cotinga até a Capitania. Completando o Presidente do CAP solicitou que, no caso de dragagens que não forem realizadas na Baía de Evolução, junto ao Cais ou no Canal de Acesso que a APPA a-brisse um processo específico identificando bem o serviço feito.

Em seguida questionou a forma como o CAP abrigaria tais despesas e ficou decidido, por unanimidade, ampliar o leque de suas finalidades alterando o Fundo de Dragagem tendo em vista atender as despesas de apoio à dragagem para Fundo de Dragagem e Apoio à Segurança de Navegação. As despesas que tiverem relação com a dragagem mas que sejam necessárias para seu objetivo deevrão ser apresentadas ao CAP com antecedência e em separado.

Outro assunto tratado pelo Conselheiro Superintendente auto-rizado pelo CAP foi o da compra de equipamentos pelo Fundapar e que o Tribunal de Contas aconselhou que o Convênio com aquele órgão de caráter privado não fosse assinado. Complementando, o Comandante Calazans disse que a idéia é conhecer a Baía de Paranaguá e o nosso canal através dos projetos de metereologia,

correntes marítimas, marés (tipo de onda), sedimentologia e quantidade de dragagem e isso poderia ser feito conforme deseja a APPA através de um Convênio com a Universidade Federal do Paraná.

Feito isso o Porto de Paranaguá será reconhecido através de parâmetros cientificamente estabelecidos.

Na condição o Superintendente da APPA e Conselheiro do CAP José Anibal Petráglio informando que havia solicitado antecipadamente do Presidente uma participação na reunião extraordinária tendo em vista a premente necessidade de levar ao conhecimento dos Conselheiros assuntos inerentes à APPA, mas que digam de perto aos interesses de Trabalhadores e Usuários.

Na sua longa explanação o Superintendente disse que fazia isso porque estava se aproximando as datas dos dissídios com os Sindicatos dos Portuários e Arrumadores e era necessária a antecipação de algumas questões que precisam ser repensados por todos. A APPA através dos portuários fez levantamentos sérios e que orientaram na apuração dos números da Receita e Despesa.

Segundo o Superintendente a APPA tem diversas tabelas mas as que pesam significativamente são as de Utilização do Porto - 32%, Atracação - 4,6%, Armazenagens - 9,7% e capatazia - 41%. As demais com participação bem inferiores.

Da receita portuária 91% é operacional, 2% é de arrendamento, 1% é financeira e 6% diversas.

A primeira grande distorção anotada pela APPA refere-se a arrendamento de áreas.

O Superintendente fez várias incursões sobre os diversos tipos de mercadorias procurando, pela comparação feita com os Portos de Santos e Itajaí, estabelecer parâmetros que comprovem o distanciamento da receita tarifária em relação a outros Portos da mesma forma que demonstrou significativas distorções nos pagamentos feitos aos Arrumadores que, na sua opinião entram como sócios, não no lucro mas na própria receita portuária.

F1. 08

Em alguns casos a APPA quase que paga para operar e isso significa que algumas tabelas cobrem outras.

Segundo o Superintendente o ideal é que a participação dos trabalhadores no conjunto das tabelas não ultrapasse 35% da Receita.

Foram feitas algumas colocações que devem ser conduzidas ao raciocínio de que o Porto terá de, numa ponta aumentar algumas de suas tabelas e noutra acertar com os Sindicatos no sentido do encaminhamento de uma solução consentânea com a realidade econômica do Porto.

Para o Presidente do Conselho há uma disfunção tarifária muito grande e que existe uma estrutura empresarial montada que se apropriou disso.

Na sua fala o Superintendente disse que a partir dos dissídios ele vai tentar resolver o problema das distorções tendo em vista tornar saudável a economia portuária.

Por isso tudo que está posto precisa ser repensado. Falou de sua intenção de construir um terminal de fertilizantes do primeiro mundo e de sua preocupação com a nova ordem que possibilita a autorização rápida de novos terminais, falando do Corredor de Exportação Norte a partir do Porto da Madeira que vai abrigar navios de grande porte.

Em seguida analisou os custos portuários de Paranaguá que corresponde a 2,25 a 6,5% por tonelada operada.

Tão importantes foram as colocações do Superintendente Petrágia que o Conselheiro José Carlos Gomes de Carvalho afirmou que o que ele viu e ouviu naquele momento, foi mais importante que tudo o que se discutiu sobre o Fundo de Dragagem. Para o Conselheiro, o Superintendente transferiu para o CAP um grande problema. A análise econômica financeira do Porto, suas distorções tarifárias, despesa com os Arrumadores e o custo portuário demonstram isso.

Para o Superintendente, o Porto está trabalhando na recuperação dos equipamentos, na melhoria das condições operacionais terá que sentar com os usuários e Trabalhadores a fim de que juntos viabilizem o Porto. Com isso concitou a todos no sentido de que cada lado ceda um pouco e tudo se encaminha para a melhor so-

lução.

Como ninguém mais se manifestou o Presidente deu por encerrada a sessão extraordinária cuja ata foi lavrada e vai assinada por Ivany Marés da Costa, pelo Presidente do CAP e de mais Conselheiros que assinaram o Livro de Presenças a saber:

- Silvio Caracas de Moura Júnior
- Ivany Marés da Costa
- José Anibal Petráglio
- Lourenço Fregonese
- Luiz Ivan de Vasconcellos
- Augusto Cesar Tavares Baião
- José Silvio Gori
- José Carlos Possas
- Arivaldo Barbosa José
- Antonio Carlos Bonzato
- Antonio Jairo Matozo
- Carlos Oliveira da Velha Filho
- Vilmar da Cruz Silva
- Júlio Monteirolde Souza
- José Carlos Gomes de Carvalho
- José Luiz Boabaid
- José Roberto Almeida Correa
- João Gilberto Cominese Freire